

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS  
NO BRASIL<sup>1</sup>

*CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND EARNINGS MANAGEMENT IN BRAZIL*

**Caroline Keidann Soschinski**

Doutora em Ciências Contábeis (FURB)  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)  
[carolinesoschinski@yahoo.com.br](mailto:carolinesoschinski@yahoo.com.br)

**Darclê Costa Silva Haussmann**

Doutora em Ciências Contábeis (FURB)  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)  
[darclehaussmann@furb.br](mailto:darclehaussmann@furb.br)

**Roberto Carlos Klann**

Doutor em Ciências Contábeis (FURB)  
Universidade Regional de Blumenau (FURB)  
[rklann@furb.br](mailto:rklann@furb.br)

**RESUMO**

**Objetivo:** Este estudo tem como objetivo examinar a associação entre práticas de gerenciamento de resultados (GR) e ações de responsabilidade social corporativa (RSE) em empresas brasileiras.

**Fundamento:** No contexto brasileiro, a alta concentração de propriedade e os escândalos organizacionais anteriores envolvendo ocultação de informações, teorizaram que as empresas podem empregar práticas de RSC para camuflar comportamentos oportunistas de GR.

**Método:** Esta pesquisa utilizou um painel não balanceado de empresas de capital aberto, resultando em 355 observações. Os dados abrangeram o período de 2012 a 2016. A regressão de mínimos quadrados ordinários (OLS) foi empregada para analisar a relação. O GR foi medido usando o modelo de accruals discricionárias proposto por de Pae (2005) e o modelo de qualidade de accruals de Allen, Larson e Sloan (2013). A RSC foi avaliada usando um modelo multidimensional que engloba práticas ambientais e sociais.

**Resultados:** Os achados indicam uma relação negativa entre GR e RSC, sugerindo que as empresas adotam práticas de RSC e gerenciam seus resultados com menor intensidade. Esse comportamento visa promover a transparência e a qualidade das informações, alinhando-se à abordagem de RSC informacional. Esses resultados contradizem a hipótese inicial desta pesquisa.

**Contribuições:** Este estudo oferece informações valiosas para as partes interessadas, sugerindo que as empresas brasileiras não parecem se envolver em práticas de RSC para ocultar suas práticas

<sup>1</sup> Artigo recebido em: 11/03/2021. Revisado por pares em: 01/03/2023. Reformulado em: 20/01/2023. Recomendado para publicação: 16/05/2023 por Vagner Antônio Marques (Editor Adjunto). Publicado em: 16/08/2023. Organização responsável pelo periódico: UFPB

oportunistas de GR. Tais descobertas podem auxiliar os analistas na previsão e auxiliar os investidores na tomada de decisões informadas sobre empresas socialmente responsáveis.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento de Resultados. Responsabilidade Social Corporativa. Práticas Sociais. Práticas Ambientais. Brasil.

## ABSTRACT

**Objective:** This study aims to examine the association between earnings management (EM) practices and corporate social responsibility (CSR) actions in Brazilian companies.

**Background:** In the Brazilian context, the high concentration of ownership, and previous organizational scandals involving information concealment, it is theorized that the companies may employ CSR practices to camouflage opportunistic EM behavior.

**Method:** This investigation utilized an unbalanced panel of publicly traded companies, resulting in 355 observations. The data covered the period from 2012 to 2016. Ordinary Least Squares (OLS) regression was employed to analyze the relationship. EM was measured using the discretionary accruals model proposed by de Pae (2005) and the accruals quality model by Allen, Larson, and Sloan (2013). CSR was evaluated using a multidimensional model encompassing environmental and social practices.

**Results:** The findings indicate a negative relationship between EM and CSR, suggesting that companies adopt CSR practices and manage their results with less intensity. This behavior aims to promote transparency and higher-quality information, aligning with the informational CSR approach of the company. These results contradict the initial hypothesis of this research.

**Contributions:** This study offers valuable insights to stakeholders by suggesting that Brazilian companies do not appear to engage in CSR practices to conceal their opportunistic EM practices. Such findings can aid analysts in forecasting and assist investors in making informed decisions regarding socially responsible companies.

**Keywords:** Earnings Management. Corporate Social Responsibility. Social practices. Environmental Practices. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

As práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) têm sido explicadas por diversos pesquisadores como uma forma de as empresas obterem mais legitimidade (Patten, 1992) ou como resposta à demanda de *stakeholders* (Freeman, 1994). Essa explicação, de acordo com Kim, Park e Wier (2012), é proveniente de uma abordagem denominada de “política e ética”, pois sugere que as organizações têm incentivos para se mostrarem transparentes aos seus *stakeholders* (nesta pesquisa, esta abordagem é tratada como informacional da RSC).

Por outro lado, ainda de acordo com Kim *et al.* (2012), as práticas de RSC podem ser compreendidas pela abordagem instrumental, a qual pressupõe que os gestores utilizam de práticas sociais e ambientais como instrumento de ocultação de práticas inadequadas, de modo a manter uma reputação positiva, mesmo que isso não reflita a realidade. Dessa forma, a RSC pode representar uma prática que mascara a conduta das organizações de modo a não chamar a atenção dos *stakeholders* (nesta pesquisa, esta abordagem é denominada de oportunista).

De acordo com Muttakin, Khan e Azim (2015), o comportamento socialmente responsável das empresas, compreendido pela abordagem oportunista, é motivado pela intenção de mitigar a percepção de terceiros sobre uma conduta inadequada. Os gestores optam por praticar e por divulgar informações de RSC como forma de ofuscar o comportamento oportunista frente às partes

interessadas. Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2015) afirmam que os gestores investem em RSC como uma estratégia de retratar suas atitudes inadequadas perante partes interessadas.

Pela visão oportunista da RSC, entende-se que as práticas socialmente responsáveis são realizadas com o intuito de encobrir práticas de gerenciamento de resultados (GR), as quais, de acordo com Schipper (1989), caracterizam-se como uma intervenção proposital nos números contábeis, realizada pelos gestores, os quais agem em prol de benefício próprio. Para Beuren e Klann (2015), a prática de GR consiste na modificação de informações contábeis, que pode ser realizada pelo gestor com o objetivo de obter benefício individual ou, ainda, com a intenção de demonstrar um cenário favorável às partes interessadas.

Alguns estudos evidenciaram que as práticas de RSC estão relacionadas à intenção de encobrir o GR em diferentes países, como em empresas de origem alemã, francesa, escandinava e anglo-saxônica (Prior, Surroca & Tribó, 2008), europeias (Salewski & Sulch, 2014), norte americanas, europeias e asiáticas (Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2015). Por outro lado, existem evidências de relação negativa entre o GR e a RSC, o que sugere que organizações que investem em RSC prezam pela transparência de informações, o que está atrelado ao menor GR (Kim *et al.*, 2012; Gras-Gil, Manzano & Fernández, 2016).

No Brasil, a concentração de propriedade pode reforçar o comportamento oportunista das práticas de RSC. Sarlo Neto, Lopes e Dalmácio (2010) destacam que, à medida que os acionistas controladores possuem o controle das empresas, passam a ter controle também sobre a produção das informações contábeis. Por consequência, este controle possibilita a modificação de informações contábeis como forma de não evidenciar dados que possam demonstrar a expropriação dos minoritários. Este cenário é denominado como efeito entrincheiramento, o qual revela seu efeito prejudicial à qualidade das informações contábeis (Sarlo Neto *et al.*, 2010; Sarlo Neto, Rodrigues & Almeida, 2010; Coelho, Holanda & Moura, 2017).

Embora a presente pesquisa não aborde diretamente o efeito da concentração de propriedade no GR e nas práticas de RSC, o cenário brasileiro reforça a possibilidade de os acionistas controladores adotarem práticas de RSC com o intuito de ofuscar a identificação da prática de GR, o que vem a justificar o uso oportunista de tais práticas. Portanto, identificou-se uma lacuna de estudos acerca do comportamento organizacional no cenário brasileiro, de acordo com Muttakin, Khan e Azim (2015), existe um cenário economicamente propício para o comportamento oportunista.

Nesse sentido, a pesquisa de Silva Júnior e Leite Filho (2022) verificou que o engajamento organizacional em práticas ambientais estava relacionado à sinalização de manipulação nos lucros no Brasil. Apesar de analisar apenas a dimensão ambiental da RSC, essa pesquisa gera importantes evidências sobre o comportamento oportunista dos gestores em contexto brasileiro. Diante disso, entende-se que as empresas brasileiras que gerenciam com mais intensidade os seus resultados consequentemente investirão em práticas de RSC, as quais são realizadas com o objetivo de mascarar atitudes oportunistas. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre o GR e as ações de RSC em empresas brasileiras.

Com relação à escolha do cenário, baseou-se inicialmente na visão oportunista dos gestores apresentada por Prior *et al.* (2008) e em Muttakin *et al.* (2015), que evidenciaram que empresas localizadas em países emergentes tendem a divulgar informações de RSC como forma de mascarar o comportamento oportunista. Atrelado a isso, ainda se considerou o cenário de escândalos ocorridos em empresas brasileiras em função da omissão de informações, exibido pelo órgão independente Freedom House (2017), o que gera indícios aparentes sobre a fragilidade na qualidade das informações contábeis neste contexto.

A revisão da literatura realizada por Ali, Frynas e Mahmood (2017) apontou para a necessidade de pesquisas relacionadas às informações sobre RSC em países emergentes, devido à pouca

atenção dada a esse contexto. Além disso, mediante a revisão de estudos que analisaram a relação entre o GR e as práticas de RSC, observou-se que as investigações se concentraram, em sua maioria, em empresas localizadas em países da América do Norte, Europa e Ásia, o que abre espaço para a realização da pesquisa em cenário brasileiro.

No entanto, contrariamente à premissa de que em contextos emergentes as empresas tendem a se engajar mais práticas de RSC para mascarar o maior envolvimento em práticas de GR, os resultados desta pesquisa evidenciaram que empresas brasileiras adotam práticas de RSC baseadas na conduta informacional. Isto é, concomitantemente à realização de investimentos em práticas sociais e ambientais, as organizações brasileiras demonstram menores níveis de GR.

Essas evidências contribuem por demonstrar que as práticas de RSC devem ser analisadas com cautela, considerando as particularidades de cada contexto. Além disso, considerando o GR como uma *proxy* da qualidade da informação contábil e as informações sobre RSC como práticas que geram mais transparência às organizações, este estudo contribui por fornecer evidência sobre a qualidade dos relatórios contábeis de empresas brasileiras, o que é útil ao fornecer subsídio para a tomada de decisões de analistas, investidores e outros participantes do mercado.

## 2 ANTECEDENTES E HIPÓTESE DE PESQUISA

Conforme apontam Kim *et al.* (2012), existem duas visões sobre práticas socialmente responsáveis. De um lado, existem as teorias políticas e éticas que percebem as ações de RSC como práticas que prezam pela transparência de informações, enquanto de outro lado as teorias instrumentais percebem tais ações como resultantes de um comportamento oportunista.

Mais especificamente, a visão política da RSC sugere que as empresas e os gestores possuem incentivos para desenvolverem um comportamento responsável perante suas partes interessadas, como preocupação reputacional e o desempenho financeiro. Esse ponto de vista é adotado por investigações empíricas que buscaram compreender a relação entre RSC e o GR, partindo da perspectiva de que as empresas se engajam em práticas socialmente responsáveis e gerenciam com menos intensidade seus resultados, pois prezam por mais transparência de informações, não somente quando divulgam RSC, mas também quando manipulam com menor intensidade os resultados (Kim *et al.*, 2012).

Por outro lado, a visão instrumental da RSC sugere que os gestores utilizem práticas de RSC em prol de benefícios pessoais e não em prol dos interesses da empresa e dos seus *stakeholders* (Kim *et al.*, 2012). Esse ponto de vista foi investigado por autores como Hemingway e Maclagan (2004) e Prior *et al.* (2008), que evidenciaram que práticas de RSC são realizadas pelas empresas com o intuito de encobrir a sua conduta que, por vezes, pode ser inadequada. A RSC, portanto, configura-se como uma forma de assegurar a boa reputação, podendo representar uma forma de “licença” para manipular os resultados.

O estudo de Prior *et al.* (2008) coloca em questão o comportamento dos gestores com relação à RSC e a prática de GR. Os autores investigam se os gerentes utilizam práticas de RSC como forma de inibir a manipulação de informações contábeis, considerando a visão obtida pela Teoria da Agência. Para tanto, investigaram 593 empresas localizadas em 26 países, durante o período de 2002 a 2004, constatando uma relação positiva entre as práticas de RSC e o GR, ou seja, a premissa de que os gestores utilizam de práticas de RSC com o intuito de inibir o GR pode ser, nesse contexto, confirmada.

Posteriormente, Salewski e Zulch (2014) direcionaram suas investigações às empresas europeias, analisando a associação entre a RSC e a intensidade do GR, do conservadorismo contábil e da qualidade dos *accruals*, durante o período de 2005 a 2009. Os autores identificaram uma relação negativa entre a qualidade das informações contábeis e as práticas de RSC,

constatando que empresas que gerenciam com mais intensidade seus resultados, relatam informações menos oportunas, possuem menor qualidade dos *accruals* e índices mais elevados de RSC.

Muttakin *et al.* (2015) analisaram se as práticas de RSC e o GR foram motivados pelo comportamento oportunista dos gestores em empresas localizadas em Bangladesh, durante o período de 2005 a 2009. Desse modo, os resultados evidenciaram que os gestores gerenciam os resultados mediante *accruals* discricionários e empregam práticas socialmente responsáveis como forma de mitigar o comportamento oportunista frente aos *stakeholders*.

A investigação de Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2015), por sua vez, sustenta que o comportamento oportunista dos gestores é uma estratégia utilizada para retratar o comportamento inadequado nos negócios, evitando assim possíveis consequências negativas. Os autores investigaram esse comportamento estratégico de retratação realizado em empresas localizadas em 23 países durante o período de 2002 a 2010. As constatações sugerem que a RSC está positivamente relacionada ao GR e que a prática social é considerada pelos gestores como uma estratégia de mascarar a prática de GR.

Mais recentemente, Carey, Liu e Qu (2017) encontraram uma associação positiva entre as informações de RSC contida em relatórios e o GR em empresas Chinesas. Além disso, os autores constataram que os auditores cobram honorários mais altos para as empresas que divulgam mais informações sobre RSC, por considerarem que essas empresas possuem maior risco de auditoria, o que reafirma a prática de RSC como resultante de um comportamento *greenwashing* e *socialwashing*.

No Brasil, Freire e Albuquerque Filho (2022) constataram que empresas com maiores níveis de RSC possuem menor probabilidade de republicar suas demonstrações contábeis, o que de acordo com os autores, representa que empresas engajadas em RSC apresentam mais possibilidade de elevar cuidados com as informações divulgadas e por isso, apresentam maior qualidade das informações. Contudo, ressalta-se que a métrica utilizada para medir qualidade foi a de republicação dos relatórios e não a métrica de GR, como na presente pesquisa.

Silva Júnior e Leite Filho (2022) investigaram a relação entre a divulgação de informações sobre RSC e o nível de GR, sob a ótica da teoria da sinalização. Medindo RSC pela análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, formulários de referências e notas explicativas, os autores evidenciaram que a presença de informações de cunho ambiental sinalizou possível manipulação dos lucros. Tal resultado, conforme contribuições do estudo, serve de alerta aos *stakeholders*, ao investigar contextos em desenvolvimento como o Brasil.

Os achados das pesquisas anteriores revelaram diferentes resultados para contextos distintos. De um lado, a literatura demonstrou que empresas que gerenciam seus resultados com mais intensidade apresentam maiores índices de RSC (Prior *et al.*, 2008; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2015; Muttakin *et al.*, 2015; Carey *et al.*, 2017; Silva Júnior & Leite Filho, 2022). Por outro lado, empresas comprometidas com sua reputação e seu desempenho de longo prazo, apresentam maior engajamento em práticas de RSC e, concomitantemente, menor GR.

Com base nas duas visões que explicam o envolvimento das empresas em práticas de RSC (visão ética e instrumental), entende-se que a relação da RSC com o GR é uma questão empírica. O Brasil, de acordo com o órgão independente Freedom House (2017), é percebido pelos *stakeholders* como um país envolvido gravemente com a omissão de informações, marcado por grandes escândalos corporativos, o que pode gerar indícios de que o comportamento oportunista de alguns gestores pode prejudicar a qualidade da informação contábil. De fato, o caso Americanas pode ser citado como um exemplo recente de uma empresa considerada envolvida com aspectos sustentáveis, uma vez que fazia parte da listagem no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), mas por outro lado, demonstrou qualidade das informações prejudicadas por omissão de informações relevantes.

Além disso, ressalta-se que o efeito entrincheiramento, causado pelo cenário de concentração de propriedade em empresas brasileiras, possa reforçar o comportamento oportunista dos controladores. Pesquisas anteriores identificaram que este efeito tem sido prejudicial à qualidade das informações contábeis (Sarlo Neto, Lopes *et al.*, 2010; Sarlo Neto, Rodrigues *et al.*, 2010; Coelho *et al.*, 2017). Assim, apesar de a presente pesquisa não se tratar sobre o efeito da concentração de propriedade no GR, o efeito entrincheiramento pode explicar o uso das práticas de RSC pelos acionistas controladores como forma de ofuscar a identificação da prática de GR.

Portanto, entende-se que o comportamento oportunista dos gestores, motivado pelo seu autointeresse, acarreta maior GR e esse fato induz as empresas a se engajarem em práticas de RSC como forma de encobrir a manipulação de resultados e não atrair a intenção de *stakeholders*. Por isso, sustenta-se a existência de uma relação positiva entre a RSC e o GR, conforme a hipótese 1.

**H<sub>1</sub>** - Há uma relação positiva entre o gerenciamento de resultados e as práticas de responsabilidade social corporativa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população da pesquisa correspondeu às empresas brasileiras de capital aberto. Para a definição da amostra, foram excluídas as empresas do segmento financeiro e de seguros, por possuírem regulamentações econômicas e estrutura contábil diferentes dos demais. Também foram excluídas as empresas que não possuíam informações disponíveis na base de dados de coleta (*Refinitiv Eikon*), para cálculo das variáveis de pesquisa. Por fim, foram excluídas as empresas cujos dados foram considerados *outliers*, por estarem mais de três desvios-padrão distantes da média. A amostra da pesquisa correspondeu a 355 observações, decorrentes de um painel desbalanceado de empresas, analisadas durante o período de 2012 e 2016.

Para estimar os *accruals* discricionários, foram utilizados dois modelos econométricos, o de Pae (2005) e o de Allen, Larson e Sloan (2013). O modelo principal utilizado foi proposto por Pae (2005), que modificou os estudos anteriores de Jones (1991) e o Modelo de Jones Modificado, de Dechow, Sloan e Sweeney (1995), por inserir variáveis que representassem o fluxo de caixa operacional e a reversão dos *accruals*, buscando corrigir problemas de classificação dos *accruals* discricionários e não discricionários.

O modelo econométrico proposto por Pae (2005) pode ser observado na Equação 1:

$$TA_{it} = \alpha \left( \frac{1}{A_{it-1}} \right) + \beta_1(\Delta R_{it}) + \beta_2(PPE_{it}) + \lambda_1(FCO_{it}) + \lambda_2(FCO_{it-1}) + \lambda_3(TA_{it-1}) + \varepsilon_{it} \quad \text{(Eq. 1)}$$

Em que

$TA_{it}$  = *accruals* totais da empresa *i* no período *t*, escalonado pelo  $A_{t-1}$ ;

$A_{it-1}$  = ativos totais da empresa *i* no período *t-1*;

$\Delta R_{it}$  = variação da receita líquida da empresa *i* no período *t-1* para *t*, escalonado pelo  $A_{t-1}$ ;

$PPE_{it}$  = saldos das contas Ativo Imobilizado e Ativo Intangível (bruto) da empresa *i* no final do período *t*, escalonado pelo  $A_{t-1}$ ;

$FCO_{it}$  = fluxo de caixa operacional da empresa *i* no período *t*, escalonado pelo  $A_{t-1}$ ;

$FCO_{it-1}$  = fluxo de caixa operacional da empresa *i* no período *t-1*, escalonado pelo  $A_{t-2}$ ;

$TA_{it-1}$  = *accruals* totais da empresa *i* no período *t-1* escalonado pelo  $A_{t-2}$ ;

$\alpha$ ;  $\beta_1$ ;  $\beta_2$ ;  $\lambda_1$ ;  $\lambda_2$ ;  $\lambda_3$  = coeficientes estimados da regressão;

$\varepsilon_{it}$  = erro da regressão, *proxy* para o GR.

Para cálculo dos *accruals* totais, utilizou-se do cálculo proposto por Dechow e Dichev (2002), o qual considera a variação do capital de giro como a soma da variação de contas a receber, variação de estoques e variação de outros ativos, diminuídos da variação de contas a pagar e dos impostos a pagar.

O segundo modelo econométrico de GR teve como base a pesquisa de Allen, Larson e Sloan (2013) e foi considerado, neste estudo, como teste de sensibilidade, o qual visa dar maior robustez aos resultados. Allen *et al.* (2013) desenvolveram um modelo de qualidade dos *accruals* que envolve a separação destes em “*accruals* normais” e “*accruals* anormais”, este último correspondente ao erro do modelo de estimação. Os autores ampliaram o modelo anteriormente proposto por Dechow e Dichev (2002) e modificado por Bushman, Smith e Zhang (2011). O modelo econométrico pode ser observado na Equação 2:

$$ACC_t = \alpha_0 + \alpha_1 SGR_t + \alpha_2 EMPGR_t + \alpha_3 CF_{t-1} + \alpha_4 CF_t + \alpha_5 CF_{t+1} + \varepsilon_t \quad (\text{Eq. 2})$$

Em que

$ACC_{it}$  = *accruals* totais, obtidos pela variação do capital de giro, escalonado pelo  $A_{t+1}$ ;

$SGR_{it}$  = vendas do período  $t$  – vendas do período  $t-1$ , dividido pelas vendas do período  $t-1$ ;

$EMPGR_{it}$  = empregados do período  $t$  – empregados do período  $t-1$ , dividido pelos empregados do período  $t-1$ ;

$CF_{it-1}$  = fluxo de caixa da empresa  $i$  no período  $t$ , escalonado pelo  $A_{t+1}$ ;

$CF_{it}$  = fluxo de caixa da empresa  $i$  no período  $t-1$ , escalonado pelo  $A_{t+1}$ ;

$CF_{it+1}$  = fluxo de caixa da empresa  $i$  no período  $t+1$ , escalonado pelo  $A_{t+1}$ ;

$\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2, \alpha_3, \alpha_4, \alpha_5$ , = coeficientes estimados da regressão;

$\varepsilon_{it}$  = erro da regressão, *proxy* para a qualidade dos *accruals*.

Nesse modelo, os “*accruals* normais” significam que os *accruals* previstos antecipam corretamente os benefícios futuros e são representados pelos valores de  $SGR_t$ ,  $EMPGR_t$ ,  $CF_{t-1}$ ,  $CF_t$ ,  $CF_{t+1}$ , constituindo dois processos diferentes. Primeiro, os valores de  $SGR_t$  e  $EMPGR_t$  capturam *accruals* relacionados ao crescimento do capital de giro, exigido para suportar as mudanças de escala nas operações das empresas. Segundo os valores de  $CF_{t-1}$ ,  $CF_t$  e  $CF_{t+1}$  capturam *accruals* relacionados às flutuações temporárias no capital de giro. Por fim, os erros na estimativa desses *accruals* são capturados pelo termo de erro da regressão, tratado como “*accrual* anormal”, pois não estaria necessariamente relacionado a benefícios futuros (Allen *et al.*, 2013).

As equações 1 e 2 foram operacionalizadas mediante regressão linear múltipla para cada ano (*cross-section*), de forma a gerar os resíduos de cada caso (cada empresa), os quais representam a parcela dos *accruals* totais não explicada pelas variáveis independentes dos modelos de estimação de *accruals*.

Apresentam-se, na Tabela 1, as variáveis utilizadas na pesquisa, bem como sua descrição e o cálculo realizado para obtenção delas.

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa

| Variáveis dependentes               |  |  |  |   |   |
|-------------------------------------|--|--|--|---|---|
| Variável                            | Descrição  |  | Cálculo  | Autores   |   |
| Responsabilidade Social Corporativa | Dimensão Social (RSC_Soc)  | Comunidade   | Mede o compromisso da empresa em proteger a saúde pública e respeitar a ética empresarial.   | Pontuação gerada pela <i>Refinitiv</i> :<br>Varia de 0 a 100. | Kim <i>et al.</i> (2012); Salewski e Zulch (2014); Muttakin <i>et al.</i> (2015). |
|                                     |  | Direitos Humanos   | Mede a eficácia de uma empresa em respeitar as convenções fundamentais de direitos humanos.  |   |   |
|                                     |  | Força de Trabalho  | Mede a eficácia da empresa em manter o local de trabalho saudável e seguro, gerir a satisfação dos colaboradores, mantendo a diversidade e a igualdade de oportunidades de crescimento.                            |   |   |
|                                     | Dimensão Ambiental (RSC_Amb)   | Uso de Recursos  | Mede o desempenho e a capacidade da empresa em reduzir o uso de materiais, de energia ou água e encontrar soluções mais eco-eficientes, melhorando o gerenciamento da cadeia de suprimentos.                       |   |   |
|                                     |  | Emissão de poluentes   | Mede o compromisso e a eficácia da empresa em reduzir a emissão de poluentes nos processos operacionais e de produção.   |   |   |
|                                     |  | Inovação ambiental   | Mede a capacidade de uma empresa em reduzir os custos e os encargos ambientais para seus clientes e criar oportunidades de mercado através de novas tecnologias e processos ambientais ou produtos eco-projetados. |   |   |
|                                     | Dimensão Geral (RSC_Geral)   | Mede a RSC pela média das dimensões social e ambiental.  |  |   |   |
| Variáveis independentes             |  |  |  |   |   |
| Gerenciamento de Resultados (GR)    | <i>Accruals</i> discricionários, estimados pelo Modelo de Pae (2005)                   |  | Equação 1  | Sugerido pelos autores.                                       |   |
|                                     | <i>Accruals</i> discricionários, estimados pelo Modelo de Allen, Larson e Sloan (2013) |  | Equação 2  |   |   |
| Variáveis de controles              |  |  |  |   |   |
| Tamanho (TAM)                       | Mede o tamanho da empresa pelo logaritmo natural do ativo total.                       |  | LN (Ativo Total)   | Kim <i>et al.</i> (2012); Salewski e Zulch (2014).            |   |
| Governança Corporativa (GC)         | Gestão (GC_Ges)  | Mede o compromisso e a eficácia de uma empresa para seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa.  | <i>Refinitiv</i> :<br>Varia de 0 a 100.  | Ali <i>et al.</i> (2017).                                     |   |
|                                     | Acionista (GC_Aci)   | Avalia a eficácia de uma empresa acerca da igualdade de tratamento dos acionistas e o uso de dispositivos anti-takeover. |  |   |   |
| Rentabilidade                       | Mede a rentabilidade sobre o ativo (ROA)   |  | EBIT / Ativo Total   | Attig, Boubakri, Ghoul e Guedhami (2016).                     |   |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As variáveis dependentes compõem o que os autores assumem como RSC, composta pela dimensão social e ambiental, cada qual composta por três subdimensões relacionadas à responsabilidade social (comunidade, direitos humanos e força de trabalho) e três subdimensões relacionadas à responsabilidade ambiental (uso de recursos, uso de poluentes e inovação ambiental). Para cada variável (social e ambiental), a *Refinitiv* calcula, por meio de uma metodologia própria, um



*score* que varia de 0 a 100, dependendo da quantidade de critérios atendidos por cada empresa, sendo que quanto mais próximo a 100, significa que mais critérios ambientais e/ou sociais a empresa divulga.

Com relação à dimensão de responsabilidade social, tem-se um *score* para a variável referente à comunidade, para os direitos humanos e para a força de trabalho. A primeira é formada por 28 itens que representam critérios que a empresa pode atender ou não, como por exemplo, se a empresa possui política de justa concorrência, contra suborno e corrupção, baseada na ética empresarial, no envolvimento da comunidade, entre outros. Além desses itens sobre “ter” ou “não ter” algo, existem itens que envolvem valores monetários, como o valor que a empresa destinou para doações.

A variável referente aos direitos humanos é formada da maneira semelhante, tendo em vista que existem 11 que analisam se a empresa possui ou não política de direitos humanos, de trabalho infantil, de trabalho forçado, de iniciativa de comércio ético, entre outros. A variável referente à força do trabalho é avaliada mediante 48 itens que analisam se a empresa possui política de saúde e segurança, saúde e segurança dos seus colaboradores, saúde e segurança da cadeia de suprimentos, treinamento e desenvolvimento, entre outros. Para a variável referente à força de trabalho também existem itens não monetários, como o índice de rotatividade dos empregados, número de mulheres no grupo de colaboradores, entre outros.

Com relação à dimensão de responsabilidade ambiental, tem-se um *score* para cada variável referente ao uso de recursos, emissão de poluentes e à inovação ambiental. A variável referente ao uso de recursos é composta por 31 itens sobre se a empresa possui política de redução de recursos, de eficiência da água, de eficiência energética, de embalagem sustentável, entre outros. Também envolve itens não monetários, como o valor gasto com o consumo de energia.

A variável referente à emissão de poluentes é avaliada com base em 40 itens, que analisam se a empresa possui política de emissão, metas de emissões, se possui compensação de crédito de carbono e itens não monetários, como o total emitido de CO<sup>2</sup> pela empresa. A variável referente à inovação ambiental se destina a avaliar 24 itens a respeito de a empresa possuir produtos ambientais ou não ou produtos eco projetados, se busca a redução de ruídos, se possui veículos híbridos, produtos de menor impacto ambiental e alguns itens monetários, como o valor investido em pesquisa e em desenvolvimento ambiental.

Utilizou-se como variáveis dependentes a RSC relacionada à dimensão social (composta pela média das três (3) variáveis relacionadas a questões sociais), a dimensão ambiental (composta pela média das três (3) variáveis relacionadas a questões ambientais) e a média geral, que representa a agregação entre as duas dimensões (social e ambiental).

As variáveis independentes foram estimadas com base nos modelos econométricos de Pae (2005) e Allen *et al.* (2013), sendo medidas pelos *accruals* discricionários de cada um dos modelos. No que concerne às variáveis de controle, utilizou-se o tamanho, pois de acordo com Ali *et al.* (2017), este é um fator que pode influenciar as empresas a adotarem práticas de RSC, considerando que quanto maiores, mais pressionadas serão pelos seus *stakeholders* a divulgarem informações sociais e ambientais. Utilizaram-se, também, duas medidas de governança corporativa (GC), uma relacionada à gestão (GC\_Ges) e outra aos acionistas (GC\_Aci), pois os mecanismos de GC podem influenciar a adoção de práticas de RSC. Por fim, empregou-se a rentabilidade sobre o ativo (ROA), pois se entende que empresas mais rentáveis terão mais recursos para investir em práticas sociais e ambientais (Ali *et al.*, 2017).

Com relação às variáveis de GC, ressalta-se que os procedimentos metodológicos também são próprios do banco de dados da *Refinitiv*. A variável relacionada à gestão (GC\_Ges), é formada por 56 itens, sobre se a empresa possui política de funções do conselho, do comitê de GC, do comitê de auditoria, da política de independência do conselho de administração e do comitê de audito-

ria, política de diversidade do conselho, entre outros. Da mesma forma, a variável relacionada aos acionistas (GC\_Aci) é composta por 35 itens sobre se a empresa possui política de direito dos acionistas, de direito igualitário de voto, de engajamento dos acionistas, entre outros. Por fim, considerando o número de itens atendidos por cada empresa, a *Refinitiv* gera um *score* final de 0 a 100.

Para a operacionalização, utilizou-se do método estatístico de regressão linear múltipla, estimado por mínimos quadrados ordinários (OLS), por erros padrões robustos e efeitos fixos de setor e ano. A equação três (3) foi segregada em três (3) regressões: (1) para verificar a influência do GR na dimensão social; (2) para verificar a influência do GR na dimensão ambiental, e (3) para verificar a influência do GR na RSC de forma integrada (média da dimensão social e ambiental). Como teste de sensibilidade, outras três equações foram formuladas para verificar a influência do GR na RSC, utilizando-se do modelo Allen *et al.* (2013) para medir GR. A equação geral a partir da qual os modelos foram derivados é a seguinte:

$$RSC_{it} = \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 Tam_{it} + \beta_3 GC\_Gest_{it} + \beta_4 GC\_Aci_{it} + \beta_5 ROA_{it} + \sum Efeitos\ Fixos\_Setor + \sum Efeitos\ Fixo\_Ano + \varepsilon \text{ (Eq. 3)}$$

Com relação aos pressupostos da regressão linear múltipla, ressalta-se que a utilização de erros padrões robustos minimizou problemas de heterocedasticidade, a multicolinearidade foi testada mediante teste VIF, a autocorrelação dos resíduos foi testada por meio do teste de *Durbin Watson* e, por fim, a normalidade foi relaxada em decorrência do número de observações obtidas.

Considerando que a relação entre GR e RSC pode ser simultânea ou inverteida, considera-se que a equação três (3) pode ter resultado em simultaneidade, causalidade reversa ou outros problemas de endogeneidade. Para incorporar essas preocupações, a equação três (3) foi operacionalizada considerando a defasagem da variável de GR, bem como o uso de efeitos fixos para ano e setor, conforme sugerido por Gavana *et al.* (2017) como aspectos que geram mais robustez aos resultados.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se, na Tabela 2, a estatística descritiva da variável GR (em valor absoluto), considerando o modelo de Pae (2005), que demonstra os valores dos *accruals* por ano.

**Tabela 2 - Descrição dos valores de gerenciamento de resultados**

| GR                | Ano   | Média  | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|-------------------|-------|--------|---------------|--------|--------|
| Valores Absolutos | 2012  | 0,0310 | 0,0247        | 0,0012 | 0,1156 |
|                   | 2013  | 0,0271 | 0,0285        | 0,0001 | 0,1523 |
|                   | 2014  | 0,0291 | 0,0307        | 0,0006 | 0,1792 |
|                   | 2015  | 0,0257 | 0,0214        | 0,0002 | 0,1210 |
|                   | 2016  | 0,0473 | 0,0441        | 0,0008 | 0,1737 |
|                   | Todos | 0,0317 | 0,0313        | 0,0001 | 0,1792 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quanto aos achados da Tabela 2, nota-se ao longo dos anos que a prática de GR não é constante, variando entre os períodos. A maior variação aconteceu de 2015 para 2016, quando as empresas gerenciaram aproximadamente 84,04% mais os seus resultados, se comparado ao ano de 2015, tal variação pode ser também visualizada pelo maior desvio padrão desse período. Essa elevada variação pode ser compreendida em decorrência de ciclos econômicos, os quais, de acordo com Paulo e Mota (2019) impactam na qualidade das informações contábeis.

De fato, a elevada média de GR no ano de 2016 se assemelha das maiores médias de GR demonstradas por Paulo e Mota (2019), na fase de recuperação. Até 2015, o Brasil sofreu com a recessão e a contração econômica, sendo que, no ano de 2016, se iniciou um processo de recuperação, marcado pela menor qualidade contábil em termos de GR.

Na Tabela 3, apresenta-se a estatística descritiva das demais variáveis de pesquisa.

**Tabela 3 - Estatística descritiva das demais variáveis**

| Variáveis | Média   | Desvio Padrão | Mínimo  | Máximo  |
|-----------|---------|---------------|---------|---------|
| RSC_Soc   | 59,5941 | 21,0015       | 11,5254 | 97,8658 |
| RSC_Amb   | 53,4025 | 20,5994       | 9,1530  | 91,5364 |
| RSC_Geral | 56,6973 | 18,5998       | 11,7200 | 93,4523 |
| TAM       | 22,2993 | 1,1425        | 19,5102 | 25,5936 |
| GC_Ges    | 49,3731 | 27,3191       | 0,5376  | 99,4736 |
| GC_Aci    | 53,0373 | 28,8069       | 0,5263  | 98,2558 |
| ROA       | 0,0729  | 0,0752        | -0,2947 | 0,3209  |

Nota: RSC\_Soc: Responsabilidade social corporativa social; RSC\_Amb: Responsabilidade social corporativa ambiental, RSC\_M: Responsabilidade social corporativa agregada; TAM: Tamanho da empresa; END: Endividamento; ROA: Retorno sobre o ativo.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base na Tabela 3, observa-se que a média das variáveis de RSC ultrapassa a metade do *score* proposto pela base de dados. Assim, percebe-se que as empresas brasileiras atendem, em média, mais de 50% dos itens analisados pela base de dados sobre comunidade, direitos humanos, trabalho, uso de recursos, emissão de poluentes e inovação ambiental, sobressaindo os itens sociais, que representam a maior média entre as dimensões (RSC\_Soc e RSC\_Amb).

O estudo de Chollet e Sandwidi (2018) analisou 3.787 empresas localizadas em 67 países, durante o período de 2003 a 2012, evidenciando que as empresas divulgavam em média 52,97 itens relacionados às questões ambientais e 53,34 para as sociais. Além disso, Lee, Byun e Park (2018) constataram uma média de 31,51 para a RSC em empresas coreanas. Tais estudos demonstram que empresas brasileiras estão próximas da divulgação realizada nos demais países e acima de países como a Coreia, por exemplo.

Com relação às variáveis de governança corporativa, observa-se que as empresas possuem cerca de 49% dos mecanismos de GC relacionados à gestão. Nota-se que a dimensão que trata dos mecanismos direcionados aos acionistas (GC\_Aci) é 4% maior. Por fim, observa-se que as empresas estão, em média, sendo rentáveis e que a rentabilidade sobre o ativo oscila entre a amostra, o que pode ser percebido pelo desvio-padrão, que apresenta valor maior do que a média.

Na Tabela 4, estão expostos os resultados da equação 3, que visa analisar a influência do GR na RSC, foco desta pesquisa. Ressalta-se que, para a estimação dos *accruals*, se utilizou da equação 1, que representa o modelo de estimação de *accruals* proposto por Pae (2005).

Observa-se que os três modelos se mostraram estatisticamente significativas e que as variáveis neles contidas não apresentam problemas de multicolinearidade (VIF menores do que 5), tampouco de autocorrelação dos resíduos (*Durbin Watson* próximo a 2). Além disso, os modelos apresentaram R<sup>2</sup> que varia de 39% a 54%, sendo que para a equação que considera a RSC\_Social como dependente, o R<sup>2</sup> se mostrou superior, o que sugere que o GR e as variáveis de controle melhor explicam a dimensão social da RSC.

**Tabela 4 – Resultados da relação entre gerenciamento de resultados e RSC**

| Painel A – Relação entre gerenciamento de resultados (modelo de Pae) na RSC |              |       |              |       |              |       |      |
|---|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|------|
| Variáveis   | RSC_Soc      |       | RSC_Amb      |       | RSC_Geral    |       | VIF  |
|   | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     |      |
| Constante   | -1,7425**    | -9,39 | -1,9060**    | -9,52 | -1,7507**    | -9,57 | -    |
| GR  | -0,4759*     | -1,76 | -0,5402*     | -1,66 | -0,5969**    | -2,26 | 1,18 |
| TAM   | 0,0977**     | 11,93 | 0,1023**     | 11,91 | 0,0976**     | 12,49 | 1,91 |
| GC_Gest   | 0,1788**     | 5,50  | 0,0801**     | 2,18  | 0,1242**     | 4,07  | 1,26 |
| GC_Aci  | 0,0843**     | 2,34  | -0,0187      | -0,49 | 0,0209       | 0,66  | 1,63 |
| ROA   | 0,4159**     | 3,18  | 0,6690**     | 4,76  | 0,4888**     | 4,11  | 1,45 |
| Efeito Fixo Setor   | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| Efeito Fixo Ano   | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| R <sup>2</sup>  | 0,5449       |       | 0,3960       |       | 0,4636       |       |      |
| Sig. Modelo   | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       |      |
| Durbin Watson   | 1,9547       |       | 2,0743       |       | 2,0562       |       |      |
| Obs.  | 355          |       | 355          |       | 355          |       |      |

Painel B – Relação entre gerenciamento de resultados em t-1(modelo de Pae) e RSC

| Variáveis         | RSC_Soc      |       | RSC_Amb      |       | RSC_Geral    |       | VIF  |
|-------------------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|------|
|                   | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     |      |
| Constante         | -93,2473**   | -4,47 | -95,6788**   | -4,39 | -94,4037**   | -5,13 | -    |
| GRT-1             | -60,2973**   | -2,82 | -20,1828     | -1,01 | -42,2094*    | -2,28 | 1,37 |
| TAM               | 6,5419**     | 7,50  | 6,2173**     | 6,73  | 6,3440**     | 8,25  | 1,78 |
| GC_Gest           | 0,1648**     | 4,61  | 0,07102*     | 1,76  | 0,1224**     | 3,77  | 1,28 |
| GC_Aci            | 0,04115      | 1,01  | -0,08638**   | -2,11 | -0,0166      | -0,48 | 1,61 |
| ROA               | 2,2260       | 0,28  | 7,5925       | 1,35  | 5,554        | 0,91  | 1,35 |
| Efeito Fixo Setor | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| Efeito Fixo Ano   | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| R <sup>2</sup>    | 0,5006       |       | 0,3452       |       | 0,4626       |       |      |
| Sig. Modelo       | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       |      |
| Durbin Watson     | 2,0838       |       | 2,0061       |       | 1,9576       |       |      |
| Obs.              | 304          |       | 304          |       | 304          |       |      |

Nota: \*Significância ao nível de 10%, \*\*Significância ao nível de 5%, RSC\_Soc: Dimensão social de RSC, RSC\_Amb: Dimensão ambiental de RSC, RSC\_Geral: Dimensão geral de RSC, GR: Gerenciamento de Resultados, VIF: *Variance Inflation Factor*, TAM: Tamanho, GC\_Gest: Governança corporativa direcionada a gestão, GC\_Aci: Governança corporativa direcionada aos acionistas, ROA: Rentabilidade sobre o ativo, Sig.: Significância, Obs.: Número de observações.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base na Tabela 4, observa-se que o GR se mostrou negativamente relacionado com a RSC para as dimensões social e geral de RSC, apresentando coeficiente não significativo para a dimensão ambiental no Painel B. Portanto, de modo geral, obteve-se uma relação inversa à esperada, o que significa que as empresas brasileiras analisadas que possuem um maior comportamento socialmente responsável gerenciam menos seus resultados.

Ao comparar com o *score* médio de RSC na dimensão social (RSC\_Soc), por exemplo, de 59,5941 (Tabela 3), o coeficiente de -0,4759 do GR indica que empresas que gerenciam resultados apresentam *score* de RSC\_Soc 80% menor (-0,4759 : 0,596). Este resultado contraria o posicionamento teórico deste estudo, que se baseou na visão oportunista dos gestores evidenciada pelo estudo de Prior *et al.* (2008) e pelas premissas apresentadas por Muttakin *et al.* (2015), de que empresas localizadas em países em desenvolvimento tendem a gerenciar com maior intensidade os seus re-

sultados e se engajar em práticas de RSC com a intenção de mitigar esse comportamento. No entanto, no contexto brasileiro, evidencia-se que as práticas de RSC não são motivadas pela intenção de mascarar o GR, uma vez que não se mostraram positivamente relacionadas. Diante disso, rejeita-se a hipótese de pesquisa ( $H_1$ ).

No que se refere às dimensões de RSC, observa-se que, enquanto a dimensão social e a geral apresentam resultados estatisticamente consistentes, a dimensão ambiental se apresentou não significativa no painel B da Tabela 4. Este resultado limita os achados desta pesquisa ao pilar social da RSC, sendo que empresas ambientalmente responsáveis não se demonstram diferentes em termos de qualidade das informações contábeis.

A relação negativa entre o pilar social e geral de RSC e as práticas de GR corrobora com os achados em âmbito internacional. O estudo de Kim *et al.* (2012) evidenciou que empresas com maiores níveis de RSC gerenciavam menos seus resultados, tanto se analisados pelos *accruals* discricionários quanto pelas atividades reais. Semelhantemente, Gras-Gil *et al.* (2016) evidenciaram que as práticas de RSC podem ser percebidas como um dispositivo organizacional capaz de refletir o uso eficaz dos recursos, além de implicar menor GR.

Essa relação negativa entre as práticas de RSC e o GR, evidenciada empiricamente por pesquisas anteriores, é discutida por Brooks e Oikonomou (2017), em que os autores buscam respostas sobre o porquê as empresas investem em RSC. A visão dos autores parte da premissa de que algumas empresas acreditam possuir uma espécie de “contrato social” com suas partes interessadas. Além disso, acreditam que as informações não obrigatórias sobre RSC geram potenciais benefícios em termos de melhoria da transparência, da reputação e do valor da marca. Kim *et al.* (2012) destacam que essa visão acerca da transparência e da confiança é oriunda das teorias éticas, políticas e integrativas. Esse leque de teorias sugere a existência de um imperativo moral para que as organizações e seus gestores façam o que é certo, pelos motivos certos.

Essa discussão de Kim *et al.* (2012) e Brooks e Oikonomou (2017), suporta o entendimento de que gestores que se engajam em ações de RSC estão propensos a se envolver com menor intensidade em práticas de manipulação de resultados, isso porque desejam gerar informações transparentes e de maior qualidade às suas partes interessadas.

As diferenças de resultados evidenciada pela literatura (relação positiva e negativa entre RSC e GR), de acordo com Kim *et al.* (2012), decorrem das diferenças em nível de país, sendo que os estudos, em sua maioria, focam em um país isoladamente. Existem fatores que podem variar em âmbito nacional e alterar os resultados dos cenários, não somente a situação econômica, como considerada neste estudo, mas também padrões de contabilidade, diferentes níveis de proteção dos investidores e exigências legais sobre as práticas de RSC. Logo, considerando esses fatores, o nível de GR também pode variar em decorrência das características dos países.

Ao considerar o estudo de Silva Júnior e Leite Filho (2022), que evidenciaram, no contexto brasileiro, uma relação positiva entre o engajamento em práticas ambientais e o GR, observa-se que os resultados variam também em decorrência da prática analisada e da métrica considerada. Neste estudo, foram analisadas tanto as práticas isoladas de RSC (ambiental e social), como o agrupamento de tais ações, sendo que resultados distintos foram evidenciados para a dimensão ambiental e social.

Com relação às variáveis de controle, observou-se que o tamanho se mostrou positivamente relacionado com todas as dimensões de RSC, o que significa que empresas de maior porte tendem a ter maiores indicadores de RSC. Este resultado corrobora com a pesquisa de Ali *et al.* (2017), que analisou as características da empresa como fator de influência para a RSC, constatando que o tamanho é uma das principais características que levam a empresa a divulgar informações mais transparentes e a se comprometer com práticas de RSC.

A variável de governança corporativa relacionada à gestão (GC\_Ges) se mostrou positivamente relacionada com as práticas de RSC em todos os modelos. Assim, infere-se que as empresas que possuem comitê de auditoria, política de independência do comitê/conselho etc., tendem a apresentar um comportamento socialmente responsável. Todavia, a governança corporativa relacionada aos acionistas (GC\_Aci) demonstrou resultados inconsistentes no modelo apresentado no painel A e B. De fato, com relação à GC, os resultados anteriores focaram em investigar mecanismos de gestão. Khan (2010) analisou a presença de membros não executivos no conselho, Khan *et al.* (2013) verificou a independência do conselho, e Haji (2013) investigou a presença do comitê de auditoria, sendo que todos encontraram que os mecanismos de GC relacionados à gestão influenciavam positivamente a RSC das empresas.

A variável de rentabilidade sobre o ativo (ROA) se mostrou positivamente relacionada às práticas de RSC. A relação positiva encontrada entre o tamanho, rentabilidade sobre o ativo e as práticas de RSC é explicada por Ali *et al.* (2017), que argumentam que as empresas maiores e mais rentáveis também são mais suscetíveis a pressões de partes interessadas e por isso investem em questões sociais e ambientais.

Como teste de sensibilidade, utilizou-se da Equação 3, dessa vez considerando o GR pelo modelo de estimação de *accruals* proposto por Allen *et al.* (2013). Os resultados complementares acerca da relação entre o GR e a RSC são apresentados na Tabela 5.

**Tabela 5 – Influência do gerenciamento de resultados (pelo modelo de Allen et al.) na RSC**

| Variáveis         | RSC_Soc      |       | RSC_Amb      |       | RSC_Geral    |       | VIF  |
|-------------------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|------|
|                   | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     | Coefficiente | t     |      |
| Constante         | -1,8843**    | -7,83 | -1,6619**    | -5,24 | -1,7731**    | -7,27 | -    |
| GR                | -0,4217**    | -2,41 | -0,7335**    | -3,34 | -0,5776**    | -3,10 | 1,52 |
| TAM               | 10,2024**    | 9,64  | 0,0924**     | 6,80  | 0,0972**     | 9,28  | 2,28 |
| GC_Gest           | 0,2706**     | 6,97  | 0,1286**     | 2,80  | 0,1996**     | 5,36  | 1,52 |
| GC_Aci            | 0,1214*      | 2,60  | -0,0549      | -1,13 | 0,0332       | 0,82  | 1,80 |
| ROA               | 0,121488     | 1,00  | 0,3887*      | 1,73  | 0,2996       | 1,57  | 1,85 |
| Efeito Fixo Setor | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| Efeito Fixo Ano   | Sim          |       | Sim          |       | Sim          |       |      |
| R <sup>2</sup>    | 0,6284       |       | 0,5406       |       | 0,6347       |       |      |
| Sig. Modelo       | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       | 0,0000*      |       |      |
| Durbin Watson     | 1,7063       |       | 1,5812       |       | 1,5194       |       |      |
| Obs.              | 215          |       | 215          |       | 215          |       |      |

Nota: \*\*Significância ao nível de 5%, \*Significância ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Inicialmente, ressalta-se o número reduzido de 215 observações para essa análise, o que decorre da limitação contida no acesso à variável “número de funcionários anual”, necessária para a estimação dos *accruals* pelo modelo de Allen *et al.* (2013). De modo geral, os resultados confirmam a relação negativa demonstrada na Tabela 4.

## 5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou analisar a relação entre as práticas de GR e a RSC em empresas brasileiras. Para tal, 355 observações de empresas brasileiras foram analisadas, durante o período de 2012 a 2016. As ações de RSC foram medidas com base em dados secundários, a partir de um *score* fornecido pela *Refinitiv Eikon*. O GR foi medido pelo modelo de estimação de *accruals* discricionários de Pae (2005), também sendo realizado teste de sensibilidade por meio do modelo de Allen *et al.* (2013).

Os resultados referentes à influência do GR nas práticas de RSC contrariaram o esperado, demonstrando uma relação negativa entre as variáveis de GR e a RSC, medida em sua dimensão social e de maneira integrada, demonstrando relação não significativa com a dimensão ambiental. Tais resultados apresentam indícios que os gestores não utilizam as práticas de RSC para encobrir o comportamento oportunista de GR. Ao contrário, parecem prezar pela transparência de informações, o que reflete a motivação de fazer o que é correto pelos motivos corretos, ou seja, de prezar pela maior qualidade (menor GR) e transparência (maior RSC) de informações.

Este estudo utilizou do cenário econômico em desenvolvimento brasileiro como um possível ambiente em que as práticas de RSC poderiam ser realizadas de forma oportunista, como maneira de encobrir as práticas de GR, o que foi contrariado pelos resultados evidenciados na presente investigação. Portanto, sugere-se que os resultados encontrados podem estar relacionados a outros fatores em nível de país, como por exemplo, os padrões de contabilidade, o nível de proteção dos investidores e as exigências legais sobre as práticas de RSC.

Este estudo contribui para a literatura ao fornecer indícios de que empresas brasileiras engajadas em RSC apresentam evidências de organizações transparentes e que não utilizam tais práticas como forma de mascarar o comportamento oportunista que motiva as práticas de GR. Contribui-se com os investidores, por fornecer evidências que podem subsidiar suas decisões acerca de investimentos em empresas brasileiras engajadas em RSC, visto que essas tendem a possuir mais qualidade e transparência de informações. Por fim, contribui para a área de pesquisa em qualidade da informação contábil, por gerar indícios de que empresas se engajam em práticas de RSC como forma de se tornarem transparentes.

O presente estudo se deteve em analisar apenas empresas brasileiras, o que limita os resultados para esse contexto, não podendo tais resultados serem generalizados. Portanto, recomenda-se para pesquisas futuras abranger empresas de outros países, considerando além do fator econômico utilizado para posicionamento teórico neste estudo, fatores relacionados aos padrões de contabilidade, ao nível de proteção aos investidores e às exigências legais de RSC, o que pode influenciar a relação entre o GR e as práticas de RSC.

## REFERÊNCIAS

- Allen, E. J., Larson, C. R., & Sloan, R. G. (2013). Accrual reversals, earnings and stock returns. *Journal of accounting and economics*, 56(1), 113-129. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.05.002>
- Ali, W., Frynas, J. G., & Mahmood, Z. (2017). Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: A literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(4), 273-294. <https://doi.org/10.1002/csr.1410>
- Attig, N., Boubakri, N., El Ghouli, S., & Guedhami, O. (2016). Firm internationalization and corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 134(2), 171-197. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2410-6>
- Beuren, I. M., & Klann, R. C. (2015). Effects of the convergence to international financial reporting standards in earnings management. *International Journal of Finance and Accounting*, 4(1), 8-20.
- Bushman, R. M., Smith, A. J., & Zhang, F. (2011). Investment cash flow sensitivities really reflect related investment decisions. Available at SSRN 842085. [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=842085](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=842085)
- Carey, P., Liu, L., QU, W. (2017). Voluntary corporate social responsibility reporting and financial statement auditing in China. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 13(2), 244-262. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2017.09.002>

- Chollet, P., & Sandwidi, B. W. (2018). CSR engagement and financial risk: A virtuous circle? International evidence. *Global Finance Journal*, 38, 65-81. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1044028317300170>
- Coelho, A. C., Holanda, A. P., & de Moura, E. A. (2017). Efeitos entrenchamento e alinhamento e informatividade dos lucros contábeis: estudo comparativo. *Revista de Ciências da Administração*, 19(48), 108-121. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n48p108>
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225. <https://www.jstor.org/stable/248303>
- Freedom House. *Relatório de País*. Recuperado em 15 fevereiro, 2018, de <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/brazil>.
- Freeman, R. E. (1994). The politics of stakeholder theory: Some future directions. *Business ethics quarterly*, 409-421.
- Freire, M. M. A., & Albuquerque Filho, A. R. (2022). Influência da responsabilidade social corporativa na qualidade das demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, 1-17.
- Gavana, G., Gottardo, P., & Moisello, A. M. (2017). Earnings management and CSR disclosure. Family vs. non-family firms. *Sustainability*, 9(12), 2327. <https://doi.org/10.3390/su9122327>
- Gras-Gil, E., Manzano, M. P., & Fernández, J. H. (2016). Investigating the relationship between corporate social responsibility and earnings management: Evidence from Spain. *BRQ Business Research Quarterly*, 19(4), 289-299. <https://doi.org/10.1016/j.brq.2016.02.002>
- Haji, A. A. (2013). Corporate social responsibility disclosures over time: evidence from Malaysia. *Managerial auditing journal*. <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2012-0729>
- Hemingway, C. A., & MacLagan, P. W. (2004). Managers' personal values as drivers of corporate social responsibility. *Journal of business ethics*, 50(1), 33-44. <https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000020964.80208.c9>
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Khan, A., Muttakin, M. B., & Siddiqui, J. (2013). Corporate governance and corporate social responsibility disclosures: Evidence from an emerging economy. *Journal of business ethics*, 114(2), 207-223. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1336-0>
- Khan, H. U. Z. (2010). The effect of corporate governance elements on corporate social responsibility (CSR) reporting: Empirical evidence from private commercial banks of Bangladesh. *International Journal of Law and Management*, 52(2), 82-109.
- Kim, Y., Park, M. S., & Wier, B. (2012). Is earnings quality associated with corporate social responsibility?. *The accounting review*, 87(3), 761-796. <https://doi.org/10.2308/accr-10209>
- Lee, J. H., Byun, H. S., & Park, K. S. (2018). Product market competition and corporate social responsibility activities: Perspectives from an emerging economy. *Pacific-Basin Finance Journal*, 49, 60-80. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2018.04.001>
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2015). Is corporate social responsibility an entrenchment strategy? Evidence in stakeholder protection environments. *Review of Managerial Science*, 9(1), 89-114. <https://doi.org/10.1007/s11846-014-0120-1>
- Muttakin, M. B., Khan, A., & Azim, M. I. (2015). Corporate social responsibility disclosures and earnings quality. *Managerial Auditing Journal*. <https://doi.org/10.1108/MAJ-02-2014-0997>
- Pae, J. (2005). Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24(1), 5-22. <https://doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>



- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. *Accounting, organizations and Society*, 17(5), 471-475. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30, 216-233.
- Prior, D., Surroca, J., & Tribó, J. A. (2008). Are socially responsible managers really ethical? Exploring the relationship between earnings management and corporate social responsibility. *Corporate governance: An international review*, 16(3), 160-177. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2008.00678.x>
- Salewski, M., & Zülch, H. (2014). The Association between corporate social responsibility (CSR) and earnings quality—evidence from European blue chips. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2141768>
- Sarlo Neto, A., Rodrigues, A., & Almeida, J. E. F. D. (2010). Concentração de votos e acordo de acionistas: influências sobre o conservadorismo. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21, 6-22. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000300002>
- Sarlo Neto, A., Lopes, A. B., & Dalmácio, F. Z. (2010). A influência da estrutura de propriedade sobre a informatividade dos lucros contábeis divulgados pelas empresas negociadas na Bovespa. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 7(4), 301-314. <http://dx.doi.org/10.4013/base.2010.74.04>
- Silva Júnior, F. J., & Leite Filho, P. A. M. (2022). A sinalização do gerenciamento de resultados por meio da responsabilidade social corporativa no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(52).
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91.